

Educação inclusiva em contextos rurais: desafios e práticas pedagógicas frente às barreiras de acesso escolar

Inclusive education in rural contexts: challenges and pedagogical practices facing school access barriers.

Educación inclusiva en contextos rurales: desafíos y prácticas pedagógicas frente a las barreras de acceso escolar.

Autora: Juciely Pereira Rosa

Orientadoras: Gustavo de Oliveira, Viviane Souza, Daysi Lange, Laís Regina e Marciane Santos

Resumo

A educação inclusiva constitui-se como um princípio das políticas educacionais, ao assegurar o direito de acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes. No entanto, em contextos rurais, a efetivação desse direito enfrenta desafios relacionados às condições territoriais, estruturais e sociais, impactam diretamente o processo educacional. Em áreas rurais, a distância entre as residências e as instituições de ensino, aliada às condições precárias das estradas e à irregularidade do transporte escolar, comprometendo a frequência escolar e a permanência dos alunos. Diante desse contexto, o artigo tem como objetivo analisar os desafios da educação inclusiva em áreas rurais, com ênfase nas dificuldades de acesso à escola decorrentes das condições do transporte escolar e da infraestrutura viária. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentado em revisão bibliográfica e análise de produções acadêmicas e documentos oficiais que abordam a educação inclusiva e a educação do campo. Os resultados indicam que as dificuldades de deslocamento impactam negativamente o processo de ensino-aprendizagem, fragilizam o vínculo entre escola e estudante e ampliam desigualdades educacionais presentes no meio rural. Além disso, evidenciam que a inclusão educacional, nesses contextos, não pode ser compreendida apenas a partir das práticas pedagógicas em sala

de aula, sendo necessário considerar as condições materiais que viabilizam o acesso físico à escola.

Conclui-se que a promoção da educação inclusiva em áreas rurais exige a articulação entre políticas educacionais, de transporte e de infraestrutura, bem como práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de garantir maior equidade educacional aos estudantes do campo.

Palavras-chave: Educação do campo, Educação inclusiva, Zona rural, Acesso à educação, Políticas educacionais.

Abstract

Inclusive education is a principle of educational policies, ensuring the right of access, permanence and learning for all students. However, in rural contexts, the effectiveness of this right directly faces challenges related to territorial, structural and social conditions, impacting the educational process. In rural areas, the distance between residences and educational institutions, combined with the poor condition of the roads and the irregularity of school transport, compromises school attendance and student retention. Given this context, the article aims to analyze the challenges of inclusive education in rural areas, with an emphasis on difficulties in accessing school due to school transport conditions and road infrastructure. This is a qualitative, descriptive and analytical study, based on a bibliographic review and analysis of academic productions and official documents that address inclusive education and rural education. The results indicate that displacement difficulties negatively impact learning, weaken the link between school and student, and increase educational inequalities in rural areas. Furthermore, they show that educational inclusion, in these contexts, cannot be understood only from pedagogical practices in the classroom, requiring consideration of the material conditions present in the environment that enable physical access to the school.

Keywords: Rural education, Inclusive education, Rural area, Access to education, Educational policies.

Resumen

It is concluded that the promotion of inclusive education in rural areas requires the articulation between educational, transport and infrastructure policies, as well as contextualized pedagogical practices, capable of guaranteeing greater educational equity for rural students. Diante desse contexto, el artículo tiene como objetivo analizar los desafíos de la educación inclusiva en áreas rurales, con énfasis en las dificultades de acceso a la escuela

derivadas de las condiciones del transporte escolar y de la infraestructura vial. Se trata de un estudio de abordaje cualitativo, de carácter descriptivo y analítico, fundamentado en revisión bibliográfica y análisis de producciones académicas y documentos oficiales que abordan la educación inclusiva y la educación del campo. Los resultados indican que las dificultades de desplazamiento impactan negativamente el proceso de enseñanza-aprendizaje, fragilizan el vínculo entre escuela y estudiante y amplían las desigualdades educacionales presentes en el medio rural. Además, evidencian que la inclusión educacional, en estos contextos, no puede ser comprendida solo a partir de las prácticas pedagógicas en el aula, siendo necesario considerar las condiciones materiales que viabilizan el acceso físico a la escuela. Se concluye que la promoción de la educación inclusiva en áreas rurales exige la articulación entre políticas educacionales, de transporte y de infraestructura, así como prácticas pedagógicas contextualizadas, capaces de garantizar mayor equidad educacional a los estudiantes del campo.

Palabras clave: Educación rural, Educación inclusiva, Zona rural, Acceso a la educación, Políticas educativas.

1 Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio estruturante das políticas educacionais contemporâneas, ao defender o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência e à aprendizagem em condições de equidade, respeitando as diferenças sociais, culturais e territoriais. No campo educacional, esse paradigma propõe a superação de práticas excludentes e a construção de ambientes escolares capazes de acolher a diversidade, promovendo igualdade de oportunidades no processo educativo (Brasil, 1996; Brasil, 2008; Unesco, 1994; Mantoan, 2003).

Entretanto, em contextos rurais, a efetivação da educação inclusiva enfrenta desafios específicos que extrapolam o espaço pedagógico. A distância entre as residências e as instituições de ensino, associada às condições precárias das estradas e à oferta irregular de transporte escolar, constitui-se como uma das principais barreiras ao acesso contínuo à escola. Essas dificuldades comprometem a frequência escolar, provocam ausências recorrentes e impactam negativamente o processo de ensino-aprendizagem, afetando de forma mais intensa estudantes em situação de vulnerabilidade social e ampliando desigualdades educacionais historicamente construídas no meio rural (Hage, 2014; Caldart, 2012; Brasil, 2014).

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender a educação inclusiva a partir de uma perspectiva ampliada, que considere não apenas as práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da sala de aula, mas também as condições materiais e territoriais que viabilizam o acesso físico à escola. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da educação inclusiva em contextos rurais, com ênfase nas barreiras de acesso escolar decorrentes das dificuldades relacionadas ao transporte e à infraestrutura viária. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, fundamentado em revisão bibliográfica e análise de produções acadêmicas e documentos oficiais. As discussões desenvolvidas ao longo do artigo evidenciam que as dificuldades de deslocamento comprometem a permanência escolar e limitam a efetivação das políticas de inclusão, indicando a necessidade de articulação entre políticas educacionais, de transporte e de infraestrutura para a promoção da equidade educacional no meio rural.

2 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, cujo objetivo consiste em compreender e discutir os desafios da educação inclusiva em contextos rurais, com ênfase nas barreiras de acesso escolar relacionadas às condições de transporte e à infraestrutura viária. Os caminhos metodológicos adotados fundamentaram-se na revisão bibliográfica e documental, permitindo a análise crítica de produções científicas e normativas pertinentes à temática investigada.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, à educação do campo e às políticas públicas educacionais voltadas às populações rurais. Para a seleção do material, foram consultadas bases de dados acadêmicas, como SciELO e Google Scholar, bem como outras fontes acadêmicas e institucionais relevantes, priorizando-se produções publicadas nos últimos dez anos, em língua portuguesa, que apresentassem relevância teórica e aderência ao objetivo do estudo. A revisão foi fundamentada em autores e referenciais teóricos como Maria Teresa Eglér Mantoan, Roseli Salete Caldart e Dermeval Saviani, além de documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que abordam a educação inclusiva, a educação do campo, o acesso, a permanência e a equidade educacional em contextos rurais. Os descritores (palavras-chave) utilizados nas buscas foram: “educação inclusiva”, “educação do campo”, “contextos rurais”, “acesso escolar”, “permanência escolar”, “transporte escolar rural”, “infraestrutura viária” e “equidade

educacional”. Como técnica de pesquisa, utilizou-se a análise teórica e interpretativa do material selecionado, possibilitando a identificação de categorias analíticas relacionadas ao acesso escolar, à permanência educacional e à equidade no contexto rural.

A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento e sistematização das fontes bibliográficas, sendo os dados analisados qualitativamente, de forma articulada aos referenciais teóricos da área. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de abordagem qualitativa, conforme proposta por Laurence Bardin, permitindo a organização, categorização e interpretação das informações obtidas. Por se tratar de um estudo de caráter teórico e documental, não houve envolvimento direto com seres humanos, o que dispensou a submissão do projeto ao comitê de ética em pesquisa, conforme as normas vigentes. Ademais, o trabalho não fez uso de imagens que demandassem autorização específica, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

3 Referencial Teórico

A educação inclusiva baseia-se no princípio de que todos os estudantes têm direito à educação em condições de igualdade, independentemente de suas diferenças sociais, culturais, físicas ou territoriais. Mais do que garantir apenas o acesso à escola, essa perspectiva busca assegurar a permanência e uma aprendizagem significativa, respeitando as particularidades de cada estudante e promovendo maior equidade no ambiente educacional. Para Mantoan (2003), a inclusão escolar exige mudanças estruturais no sistema de ensino, superando práticas excludentes historicamente presentes na educação e construindo espaços escolares mais acolhedores e preparados para lidar com a diversidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e dever do Estado, garantindo igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reforça a importância de uma educação democrática e inclusiva. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ampliou as discussões sobre a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais, incentivando práticas pedagógicas mais acessíveis e voltadas à inclusão de todos os estudantes (Brasil, 2008).

Entretanto, quando essa discussão é voltada para o contexto rural, percebe-se que a educação inclusiva enfrenta desafios ainda mais complexos. As populações do campo convivem historicamente com desigualdades sociais, econômicas e estruturais que interferem diretamente no acesso à educação. Segundo Caldart (2012), a educação do campo deve

considerar as características culturais, sociais e territoriais das populações rurais, valorizando seus modos de vida e suas necessidades específicas. Nesse sentido, falar em inclusão educacional no meio rural vai além da matrícula escolar, envolvendo também condições adequadas para permanência e aprendizagem dos estudantes.

Entre os principais desafios encontrados estão as dificuldades estruturais relacionadas ao transporte e à infraestrutura. Estradas sem pavimentação, longas distâncias entre casa e escola e a irregularidade do transporte escolar acabam comprometendo a frequência dos estudantes e favorecendo situações de evasão escolar. Hage (2014) destaca que esses problemas atingem principalmente estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, ampliando desigualdades educacionais já existentes no campo.

Além disso, Arroyo, Caldart e Molina (2011) afirmam que as populações rurais frequentemente enfrentam processos de invisibilidade social e pouca assistência por parte das políticas públicas. Dessa forma, a exclusão educacional não acontece apenas pela ausência de vagas escolares, mas também pelas dificuldades de permanência e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Assim, compreender o acesso à educação exige considerar fatores sociais, territoriais e estruturais que interferem diretamente na trajetória escolar dos estudantes do campo.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de políticas públicas integradas que articulem educação, transporte e infraestrutura. Programas como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) representam avanços importantes na tentativa de garantir o acesso à escola em áreas rurais. No entanto, ainda existem dificuldades relacionadas à manutenção dos veículos, às condições das estradas e ao financiamento insuficiente, fatores que limitam a efetividade dessas ações.

Diante disso, discutir educação inclusiva em contextos rurais exige uma análise que vá além das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. A inclusão também depende das condições materiais que garantem o acesso físico à escola, da valorização das especificidades do campo e da implementação de políticas públicas capazes de promover maior equidade educacional para as populações rurais.

4 Resultados E Discussão

A análise dos estudos e documentos selecionados evidenciou que as dificuldades de acesso à escola continuam sendo um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva em áreas rurais. Em muitas comunidades do campo, a distância entre a residência

dos estudantes e as instituições de ensino, somada às condições precárias das estradas e à irregularidade do transporte escolar, interfere diretamente na frequência e na permanência escolar.

Os estudos analisados demonstram que, em períodos de chuva, a situação torna-se ainda mais preocupante, já que estradas de terra frequentemente ficam alagadas ou em condições inadequadas para circulação. Como consequência, muitos estudantes deixam de comparecer às aulas por vários dias consecutivos, prejudicando o acompanhamento do conteúdo e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, trajetos longos e cansativos acabam impactando o rendimento escolar e a motivação dos estudantes.

Segundo dados do INEP (2024), estudantes residentes em áreas rurais apresentam maiores índices de irregularidade de frequência quando comparados aos estudantes das áreas urbanas. Esse cenário demonstra que a exclusão educacional no campo não está relacionada apenas à oferta de vagas escolares, mas também às condições estruturais que dificultam o acesso físico à escola. Nesse contexto, percebe-se que garantir inclusão educacional vai além de disponibilizar matrícula, sendo necessário assegurar condições adequadas para permanência e aprendizagem.

Outro aspecto observado refere-se ao impacto dessas dificuldades na vida social e educacional dos estudantes. Muitos alunos em situação de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos diários para chegar à escola, o que favorece situações de atraso escolar, baixo rendimento e evasão. Hage (2014) destaca que a precariedade da infraestrutura rural amplia desigualdades educacionais historicamente presentes no campo, afetando principalmente estudantes que dependem exclusivamente do transporte escolar público.

Além disso, os estudos analisados reforçam que a exclusão educacional no meio rural ocorre de forma ampla, envolvendo fatores sociais, econômicos e territoriais. Arroyo, Caldart e Molina (2011) afirmam que as populações rurais historicamente enfrentam processos de invisibilidade social e insuficiência de políticas públicas, o que contribui para a permanência das desigualdades educacionais. Dessa forma, a dificuldade de acesso à escola não deve ser compreendida apenas como um problema de deslocamento, mas como uma questão social que interfere diretamente no direito à educação.

Durante a análise bibliográfica, também foi possível observar que programas governamentais, como o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), representam avanços importantes na tentativa de garantir o acesso à escola em áreas rurais. Entretanto, ainda persistem dificuldades relacionadas à manutenção dos veículos, ao

financiamento insuficiente e às condições das estradas, limitando a efetividade dessas políticas públicas em diversas regiões do país.

Assim, os resultados demonstram que a promoção da educação inclusiva em contextos rurais depende não apenas de práticas pedagógicas inclusivas, mas também da implementação de políticas públicas integradas entre educação, transporte e infraestrutura. Sem condições adequadas de acesso e permanência, muitos estudantes continuam enfrentando barreiras que dificultam sua trajetória escolar e ampliam as desigualdades educacionais no meio rural.

5 Considerações Finais

O presente estudo possibilitou compreender que os desafios da educação inclusiva em contextos rurais estão diretamente relacionados às dificuldades de acesso escolar, principalmente no que se refere ao transporte e às condições da infraestrutura viária. A partir da análise realizada, foi possível alcançar o objetivo proposto, evidenciando que fatores como longas distâncias, estradas precárias e irregularidade do transporte escolar comprometem não apenas a frequência dos estudantes, mas também sua permanência e seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem.

Ao longo da pesquisa, observou-se que a inclusão educacional no meio rural vai além da garantia de matrícula escolar. Para que o direito à educação seja efetivamente assegurado, é necessário oferecer condições adequadas para que os estudantes consigam chegar à escola, permanecer nela e participar do processo educativo de forma digna e igualitária. Nesse sentido, percebe-se que as dificuldades estruturais enfrentadas pelas populações rurais acabam ampliando desigualdades educacionais historicamente presentes no campo.

Como contribuição, o estudo reforça a importância de discutir a educação inclusiva a partir de uma perspectiva mais ampla, considerando não apenas as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, mas também os fatores sociais, territoriais e estruturais que interferem diretamente na realidade dos estudantes. Além disso, evidencia a necessidade de fortalecimento de políticas públicas integradas entre educação, transporte e infraestrutura, capazes de promover maior equidade educacional para as populações do campo.

Entretanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, também foram identificadas limitações relacionadas à escassez de estudos que abordem de forma mais aprofundada a relação entre educação inclusiva, transporte escolar e infraestrutura rural. Grande parte das produções encontradas discute esses temas separadamente, o que demonstra a necessidade de novas pesquisas voltadas especificamente para essa interface.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar as discussões sobre os desafios enfrentados pelas populações rurais no acesso à educação, incentivando reflexões e ações que favoreçam a construção de uma educação mais inclusiva, acessível e comprometida com a realidade dos estudantes do campo.

Referências

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)**. Brasília: FNDE, 2023.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Educação do campo no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: MEC, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília: INEP, 2024.